

Data: 21 de Julho de 2022

APRECIÇÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV) Projecto de lei n.º ____/XV (...ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Manifestação Nacional de trabalhadores e outras camadas da população, promovida pela CGTP-IN, no dia 7 de Julho, do Marquês de Pombal para a Assembleia da República.

Morada ou Sede:

CGTP-IN
Rua Vítor Cordon, 1 - 2º
1249-102 Lisboa
cgtp@cgtp.pt

Contributo:

A Proposta de Lei n.º 15/XV/1ª(GOV), que altera a legislação laboral no âmbito da Agenda para o Trabalho Digno, apresentada pelo Governo do PS, merece o nosso repúdio porque:

- Não revoga o regime da sobrevivência e caducidade das convenções colectivas, mantendo em vigor todas as normas que subvertem o direito constitucional de contratação colectiva, provocam o desequilíbrio das relações laborais em favor do patronato e em prejuízo dos direitos dos trabalhadores, e não repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- Não resolve, e ainda contribui para o agravamento, das inaceitáveis limitações ao exercício da liberdade sindical, que se caracteriza pela negação do livre acesso dos sindicatos a todos os locais de trabalho e, conseqüentemente, dos respectivos trabalhadores ao contacto com as suas organizações representativas;
- Perpetua a precariedade laboral, porque não afirma de modo definitivo o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efectivo;
- Apesar de introduzir algumas medidas alegadamente restritivas, continua a permitir o recurso ao trabalho temporário e ao outsourcing para ocupação de postos de trabalho permanente, legitimando a utilização destas formas de precariedade laboral;
- Mantém o período experimental de 180 dias para os trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, permitindo que este seja abusivamente utilizado como instrumento de precarização laboral;
- Não regula de modo claro o trabalho nas plataformas digitais e outras formas de exploração laboral, que são usadas para aprofundar modelos de trabalho sem respeito pelos mais básicos direitos dos trabalhadores;
- Não reduz para as 35 horas o tempo de trabalho para todos os trabalhadores sem perda de retribuição, num contexto de avanços científicos e tecnológicos que o permitem;

(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.

- Não promove a conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, porque não revoga os mecanismos de desregulação do tempo de trabalho como a adaptabilidade e o banco de horas grupal;
- Não limita os fundamentos que permitem o crescente recurso à laboração contínua, aumentando a exploração e criando dificuldades crescentes aos trabalhadores na gestão da sua vida pessoal e familiar
- Não revoga os regimes de compensação e indemnização por despedimento introduzidos no tempo da Troica e do governo PSD/CDS, mantendo a mesma lógica de facilitação e embaratecimento dos despedimentos;
- Recusa a revogação de normas que reduzem de modo directo o rendimento dos trabalhadores, nomeadamente os acréscimos remuneratórios pela prestação de trabalho suplementar e não repõe os respectivos descansos compensatórios;
- Não garante o efectivo reforço dos meios materiais e humanos da Autoridade para as Condições de Trabalho, que permitam uma fiscalização e controlo eficazes do cumprimento da lei e do respeito pelos direitos dos trabalhadores por parte das entidades patronais;

Anexo: Resolução Aprovada

Data: 21 de Julho de 2022

Assinatura Isabel Romarinho



Resolução

Manifestação Nacional

7 Julho – 15h - Marquês de Pombal | Assembleia da República

Pelo aumento dos salários e pensões | Contra o aumento do custo de vida e ataque aos direitos

A luta dos trabalhadores é fundamental para travar ofensivas e alcançar vitórias, melhorar as condições de vida e de trabalho e garantir o progresso social, e terá continuidade tendo em conta o ataque aos salários, direitos e condições de vida, com o aproveitamento da pandemia, da guerra e das sanções e com o aumento da inflação e o brutal aumento do custo de vida.

Os trabalhadores não desistem e não baixam os braços. Lutam por uma vida digna e por um outro rumo para o país.

A política de direita dos sucessivos governos agravou o conjunto dos problemas estruturais do país e abriu as portas para o aproveitamento do patronato que procura a cada momento aumentar a exploração, agravando as desigualdades e a pobreza de quem trabalha, consequência dos salários que se praticam, da acumulação de lucros pelo capital e das políticas do governo que em nada contribuem para uma mais justa distribuição da riqueza.

Os baixos salários e a precariedade continuam a ser uma aposta do patronato, nomeadamente em sectores com milhões de lucros anunciados. Bem podem chorar lágrimas de crocodilo pela suposta falta de trabalhadores, quando o que oferecem a quem trabalha são condições de miséria, sejam trabalhadores de origem portuguesa ou imigrantes!

Não podemos permitir que o momento que atravessamos continue a servir de pretexto, como já aconteceu, para o atropelo aos direitos, para o aumento da exploração e para a degradação ainda maior das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e das suas famílias, enquanto os do costume, os grandes grupos económicos e financeiros, concentram e acumulam lucros cada vez maiores!

É inadmissível que o Governo PS, enquanto apregoa a sua preocupação com a vida dos trabalhadores e suas famílias, dos reformados e pensionistas, continue a recusar o aumento dos salários e a valorização das carreiras e profissões, nomeadamente dos trabalhadores da Administração Pública, e mantenha a obsessão pela redução do défice e o insuficiente investimento nos serviços públicos e funções sociais do Estado, com consequências que começam a ser cada vez mais visíveis.

É inadmissível que o Governo afirme que quer alterar o modelo de baixos salários, precariedade, horários selvagens e de bloqueio da contratação colectiva – proclamando na sua propaganda que pretende assegurar melhores condições de vida, melhores salários, estabilidade no emprego e conciliação com a vida pessoal e familiar – e, ao mesmo tempo, não revogue, mantendo as normas gravosas da legislação laboral que agridem os trabalhadores e permitem ao patronato acentuar a exploração dos trabalhadores.



Por tudo isto, a proposta de alteração à legislação laboral do Governo PS que hoje está em discussão na AR merece a nossa rejeição, protesto e luta, pois não só não dá resposta às nossas reivindicações de revogação das normas gravosas da legislação laboral - o que por si só conduz ao agravamento da situação dos trabalhadores - como vem introduzir aspectos que ainda agravam o desequilíbrio das relações laborais a favor do patronato.

A limitação da actividade sindical na empresa é uma das mais graves matérias introduzidas na proposta de lei, onde o governo, ao invés de clarificar, promove a confusão para o patronato aproveitar e tentar limitar o direito de livre acesso aos locais de trabalho.

É possível viver melhor no nosso país! Para isso, é urgente alterar o rumo que tem vindo a ser seguido e libertar o país de políticas que, comprovadamente, acentuam os problemas estruturais existentes e contrariam a resposta urgente que é preciso dar aos trabalhadores e ao povo, desde logo uma mais justa distribuição da riqueza produzida.

O caudal de protesto, intervenção e luta que se intensificou durante o mês de Junho, que aumenta e envolve cada vez mais trabalhadores, em todos os sectores, é um sinal claro do descontentamento e indignação que os trabalhadores sentem e é também uma afirmação inequívoca da sua disponibilidade para continuar a lutar pelos seus direitos e dar firme combate às opções que têm vindo a ser assumidas e que não dão a resposta necessária aos problemas dos trabalhadores e do País.

Hoje convergem na rua as lutas vindas dos locais de trabalho, de todas as regiões, de todos os sectores, com os trabalhadores a trazerem à rua as suas reivindicações concretas, afirmando a indignação e o protesto face ao aumento do custo de vida, ao ataque ao poder de compra e aos direitos, ao aumento das desigualdades, das injustiças e da pobreza, **bem como a exigência do aumento geral de salários para todos os trabalhadores, das pensões para os reformados e pensionistas, da redução do horário de trabalho e combate aos horários selvagens, da erradicação da precariedade e pelo emprego com direitos, por uma legislação laboral que contribua para a valorização do trabalho e dos trabalhadores - com a revogação das normas gravosas, nomeadamente a caducidade da contratação colectiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores - e pela defesa dos serviços públicos.**

Os trabalhadores, nas lutas que travam todos os dias, sabem que não há inevitabilidades e mantêm o compromisso de continuar a lutar pelas respostas às suas reivindicações!

Hoje, 7 de Julho, nesta grande manifestação nacional, os trabalhadores rejeitam a ofensiva aos seus direitos e assumem o compromisso de reforçar a unidade e continuar a intensificar a luta pela valorização do trabalho e dos trabalhadores e pela resposta aos problemas do povo e do país.

Viva a luta dos trabalhadores!

Viva a CGTP-IN!

A luta continua!

7 de Julho de 2022